

O ego e o ID e outros trabalhos

VOLUME XIX

(1923-1925)

Dr. Sigmund Freud

O EGO E O ID (1923)

INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

DAS ICH UND DAS ES

(a) EDIÇÕES ALEMÃS:

- 1923 Leipzig, Viena e Zurique, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 77 págs.
- 1925 *G.S.*, 6, 351-405.
- 1931 *Theoretische Schriften*, 338-91.
- 1940 *G.W.*, 13, 237-289.

(b) TRADUÇÃO INGLESA:

The Ego and the Id

1927 Londres, Hogarth Press e Instituto de Psicanálise, 88 págs. (Trad. de Joan Riviere.)

A presente tradução inglesa é versão consideravelmente modificada da publicada em 1927.

Este livro apareceu na terceira semana de abril de 1925, embora estivesse na mente de Freud desde, pelo menos, o mês de julho anterior (Jones, 1957, 104). Em 26 de setembro de 1922, no Sétimo Congresso Psicanalítico Internacional, que se reuniu em Berlim e que foi o último a que assistiu, ele leu um breve artigo com o título ‘Etwas vom Unbewussten [Algumas Observações sobre o Inconsciente]’, no qual prenunciou o conteúdo do livro. Um resumo deste artigo (que nunca foi publicado) apareceu naquele outono no *Int. Zeitschrift Psychoanal.*, 5 (4), 486, e, embora não haja certeza de que tenha sido escrito pelo próprio Freud, vale a pena registrá-lo: ‘*Algumas Observações sobre o Inconsciente*’

‘O orador repetiu a conhecida história do desenvolvimento do conceito de “inconsciente” em psicanálise. “Inconsciente” foi, em primeira instância, um termo puramente descritivo, que, por conseguinte, incluía o que é temporariamente latente. A visão dinâmica do processo de repressão, contudo, tornou necessário fornecer ao inconsciente um sentido sistemático, de maneira que

tivesse de ser igualado ao reprimido. O que é latente e apenas temporariamente inconsciente recebeu o nome de “pré-consciente” e, do ponto de vista sistemático, foi colocado em proximidade estreita com o consciente. O significado duplo do termo “inconsciente” indubitavelmente envolvia desvantagens, embora elas fossem de pequena significação e difíceis de evitar. Demonstrou-se, contudo, que não é praticável encarar o reprimido como coincidindo com o inconsciente, e o ego com o pré-consciente e o consciente. O orador debateu os dois fatos que mostram que também no ego existe um inconsciente, que se comporta dinamicamente como o inconsciente reprimido: os dois fatos de uma resistência que deriva do ego durante a análise e de um sentimento de culpa inconsciente. Anunciou que em livro a aparecer brevemente - *O Ego e o Id* - fez uma tentativa de avaliar a influência que estas novas descobertas devem ter sobre nossa visão do inconsciente.’

O Ego e o Id é o último dos grandes trabalhos teóricos de Freud. Ele oferece uma descrição da mente e de seu funcionamento que, à primeira vista, parece nova e até mesmo revolucionária, e, em verdade, todos os escritos psicanalíticos que datam de após sua publicação portam a marca inequívoca dos seus efeitos, pelo menos com relação à terminologia. Entretanto, apesar de todas as suas novas compreensões internas (*insights*) e sínteses, podemos traçar, como tão amiúde acontece com as aparentes inovações de Freud, as sementes de suas novas idéias em trabalhos anteriores e, às vezes, muito anteriores.

Os precursores do atual quadro geral da mente foram sucessivamente o ‘Projeto’ de 1895 (Freud, 1950a), o Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos* (1900a) e os artigos metapsicológicos de 1915. Em todos estes, os problemas inter-relacionados do funcionamento mental e da estrutura mental foram inevitavelmente considerados, embora com acento variável sobre os dois aspectos da questão. O acidente histórico de que a psicanálise tivesse sua origem em vinculação com o estudo da histeria conduziu imediatamente à hipótese da repressão (ou, mais geralmente, da defesa) como função mental, e isto, por sua vez, a uma hipótese topográfica - a uma representação da mente incluindo duas partes, uma reprimida e outra repressora. A qualidade de ‘consciência’ achava-se, evidentemente, envolvida de perto nessas hipóteses, e foi muito fácil igualar a parte reprimidas da mente ao que era ‘inconsciente’, e a repressora ao que era ‘consciente’. Os primitivos diagramas pictóricos de Freud sobre a mente, em *A Interpretação de Sonhos* (Edição *Standard* Brasileira, Vol. V, págs. 573-577, IMAGO Editora, 1972) e em sua carta a Fliess de 6 de dezembro de 1896 (Freud, 1950a, Carta 52), foram representações dessa visão da posição. E este esquema aparentemente simples fundamenta todas as primeiras idéias teóricas de Freud: funcionalmente, uma força reprimida esforçando-se em abrir caminho até a atividade, mas mantida sob controle por uma força repressora, e, estruturalmente, um ‘inconsciente’ a que se opõe um ‘ego’.

Não obstante, as complicações logo se tornaram manifestas. Rapidamente se viu que a palavra ‘inconsciente’ estava sendo utilizada em dois sentidos: o ‘descritivo’ (que simplesmente atribuía uma *qualidade* específica a um estado mental) e o ‘dinâmico’ (que atribuía uma *função* específica a um estado mental). Esta distinção já fora enunciada, embora não nestes termos, em *A*

Interpretação de Sonhos (Ed. Standard Bras., Vol. V, págs. 650-651). Ela foi afirmada muito mais claramente no artigo em inglês escrito para a Sociedade de Pesquisas Psíquicas (1912g, *Standard Ed.*, 12, 262). Desde o início, porém, uma outra noção, mais obscura, já se achava envolvida (como era claramente mostrado pelos diagramas pictóricos): a noção de 'sistemas' da mente. Isto implicava uma divisão topográfica ou estrutural da mente baseada em algo mais que função, uma divisão em partes às quais era possível atribuir um certo número de características e métodos de operação diferenciados. Algo dessa idéia já se achava indubitavelmente implícito na expressão 'o inconsciente', que aparecera muito cedo (por exemplo, em nota de rodapé a *Estudos sobre a Histeria*, 1895d, Edição Standard Brasileira, Vol. II, pág. 89, IMAGO Editora, 1974). O conceito de um 'sistema' tornou-se explícito em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), *ibid.*, V, 572-573. Pelos termos em que foi aí introduzida, uma imagística topográfica era imediatamente sugerida, embora Freud fizesse advertência contra tomar-se isso ao pé da letra. Havia um certo número desses sistemas (mnêmico, perceptivo etc.) e, entre eles, o 'inconsciente' (*ibid.*, 577), o qual, 'a bem da simplicidade', deveria ser designado como 'o sistema *Ics*'. Nessas passagens anteriores, tudo o que era abertamente significado por esse sistema inconsciente era o reprimido, até chegarmos à seção final de *A Interpretação de Sonhos* (*ibid.*, V, pág. 648 e segs.), onde algo com um raio de ação muito maior era indicado. Posteriormente, a questão permaneceu em estado latente até o artigo para a S.P.P. (1912g), já mencionado, onde (além da diferenciação clara feita entre os empregos descritivo e dinâmico do termo 'inconsciente'), nas últimas frases do trabalho, um terceiro emprego, 'sistemático', era definido. Pode-se notar que, nessa passagem (*Standard Ed.*, 12, 266), foi apenas para esse inconsciente 'sistemático' que Freud propôs usar o símbolo '*Ics*'. Tudo isso parece muito objetivo, mas, de modo bastante estranho, o quadro foi mais uma vez obscurecido no artigo metapsicológico sobre 'O Inconsciente' (1915e). Na Seção II desse trabalho (Edição *Standard Brasileira*, Vol. XIV, pág. 198 e segs., IMAGO Editora, 1974), não mais havia três empregos do termo 'inconsciente', mas apenas dois. O emprego 'dinâmico' desaparecera e fora presumivelmente incluído no 'sistemático', que ainda deveria ser chamado de '*Ics*', embora agora incluísse o reprimido. Finalmente, no Capítulo I do presente trabalho (assim como na Conferência XXXI das *Novas Conferências Introdutórias*, 1933a) Freud retornou à distinção e classificação tríplice, embora, ao final do capítulo, aplique a abreviação '*Ics*', inadvertidamente talvez, a todos os três tipos de 'inconsciente' ([1]).

Mas surgiu então a questão de saber se, aplicado a um *sistema*, o termo 'inconsciente' seria apropriado. No quadro estrutural da mente, o que, desde o início, fora muito claramente diferenciado de 'o inconsciente', fora 'o ego'. E agora começava a parecer que o próprio ego deveria ser parcialmente descrito como 'inconsciente'. Isso foi apontado em *Além do Princípio de Prazer*, numa frase que, na primeira edição (1920g), dizia: 'Pode ser que grande parte do ego seja, ela mesma, inconsciente; somente uma parte dele, provavelmente, é abrangida pelo termo "pré-consciente".' Na segunda edição, um ano depois, essa frase foi alterada para: 'É certo que grande parte do ego é, ela mesma, inconsciente (...); somente uma pequena parte dele é

abrangida pelo termo “pré-consciente” ’ Essa descoberta e os fundamentos para ela foram enunciados com insistência ainda maior no primeiro capítulo do presente trabalho.

Tornou-se assim aparente que, tanto no que concerne ao ‘inconsciente’ quanto no que concerne ao ‘ego’, o critério de consciência não era mais útil na construção de uma representação estrutural da mente. Por conseguinte, Freud abandonou o uso da consciência nessa capacidade: ‘estar consciente’ deveria doravante ser encarado simplesmente como uma qualidade que poderia ou não estar ligada a um estado mental. O antigo sentido ‘descritivo’ do termo foi, em verdade, tudo o que permaneceu. A nova terminologia que Freud agora introduzira teve um efeito altamente esclarecedor e, assim, tornou possíveis novos avanços clínicos. Em si mesma, porém, não envolveu quaisquer alterações nas opiniões de Freud sobre a estrutura e o funcionamento mentais. Em verdade, as três entidades recentemente apresentadas, o id, o ego e o superego, tinham, todas elas, extensas histórias passadas (duas delas sob outros nomes) e valerá a pena examiná-las.

O termo ‘*das Es*’, como o próprio Freud explica adiante ([1]), derivou-se, em primeira instância, de Georg Groddeck, médico que clinicava em Baden-Baden, que recentemente se havia ligado à psicanálise e por cujas idéias largas Freud sentia muita simpatia. Groddeck, por sua vez, parece ter derivado ‘*das Es*’ do seu próprio professor, Ernest Schweninger, médico alemão bem conhecido, de uma geração anterior. Entretanto, como Freud também indica, o uso da palavra certamente remonta a Nietzsche. De qualquer modo, o termo foi adaptado por Freud a um significado diferente e mais preciso que o de Groddeck. Ele esclareceu e em parte substituiu os empregos mal definidos dos termos anteriores ‘o inconsciente’, ‘o *Ics.*’ e ‘o inconsciente sistemático’.

A posição com referência a ‘*das Ich*’ é muito menos clara. O termo, naturalmente, estivera em uso familiar antes dos dias de Freud, mas o sentido preciso que ele próprio atribuiu em seus escritos anteriores não deixa de ser ambíguo. Parece possível detectar dois empregos principais: um em que o termo distingue o eu (*self*) de uma pessoa como um todo (incluindo, talvez, o seu corpo) das outras pessoas, e outro em que denota uma parte específica da mente, caracterizada por atributos e funções especiais. Foi neste segundo sentido que ele foi utilizado na elaborada descrição do ‘ego’ no primitivo ‘Projeto’ de Freud, de 1895 (Freud, 1950a, Parte I, Seção 14), e é neste mesmo sentido que é empregado na anatomia da mente, em *O Ego e o Id*. Em algumas de suas obras intervenientes, particularmente em vinculação ao narcisismo, o ‘ego’ parece corresponder sobretudo ao ‘eu’ (*self*). Nem sempre é fácil, contudo, traçar uma linha entre esses dois sentidos da palavra.

O que é inteiramente certo, entretanto, é que, após a tentativa isolada, no ‘Projeto’ de 1895, de uma análise pormenorizada da estrutura e funcionamento do ego, Freud deixou o assunto quase intocado por cerca de 15 anos. Seu interesse estava concentrado em suas investigações do inconsciente e seus instintos, particularmente os sexuais, e no papel que desempenhavam no comportamento mental normal e anormal. O fato de as forças repressivas desempenharem papel

igualmente importante, certamente nunca foi desprezado, e sempre se insistiu nisso; mas um exame mais acurado dessas forças foi deixado para o futuro. Era o bastante, no momento, dar-lhes o nome abrangente de 'o ego'.

Houve duas indicações de uma mudança, ambas por volta do ano de 1910. Num artigo sobre distúrbios psicogênicos da visão (1910*l*), surge o que parece ser uma primeira menção de 'instintos do ego' (Edição *Standard* Brasileira, Vol. XI, pág. 199, IMAGO Editora, 1970), combinando as funções de repressão com as de autopreservação. O outro desenvolvimento, mais importante, foi a hipótese do narcisismo, proposta pela primeira vez em 1909, e que conduziu a um exame pormenorizado do ego e suas funções numa variedade de vinculações - no estudo sobre Leonardo (1910*c*), na história clínica de Schreber (1911*c*), no artigo sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911*b*), no artigo sobre o próprio 'Narcisismo' (1914*c*) e no artigo metapsicológico sobre 'O Inconsciente' (1915*e*). Nesse último trabalho, contudo, ocorreu um outro desenvolvimento: que fora descrito como sendo o ego tornou-se então o 'sistema' Cs. (*Pcs.*). Este sistema é o progenitor do 'ego', tal como o temos na nova terminologia corrigida, da qual, como vimos, a vinculação confusa com a qualidade de 'consciência' foi removida.

As funções do sistema Cs. (*Pcs.*), tal como enumeradas em 'O Inconsciente' (Ed. *Standard* Bras., Vol. XIV, pág. 216), incluem atividades como a censura, o teste da realidade, e assim por diante, todas as quais são agora atribuídas ao 'ego'. Há uma função específica, contudo, cujo exame deveria conduzir a resultados momentosos: a faculdade autocrítica. Esta e o 'sentimento de culpa', correlacionado, atraíram o interesse de Freud desde os primeiros dias, principalmente em vinculação com a neurose obsessiva. Sua teoria de que as obsessões são 'autocensuras transformadas' por um prazer sexual fruído na infância foi plenamente explicada na Seção II de seu segundo artigo sobre 'As Neuropsicoses de Defesa' (1896*b*), após ter sido delineado um pouco mais cedo em suas cartas a Fliess. Que as autocensuras podem ser inconscientes, já se achava implícito nessa etapa e foi enunciado de modo específico no artigo sobre 'Obsessive Actions and Religious Practices' (1907*b*), *Standard Ed.*, 9, 123. Foi somente com o conceito de narcisismo, contudo, que se pôde lançar luz sobre o mecanismo real dessas autocensuras. Na Seção III de seu artigo sobre narcisismo (1914*c*), Freud começou por sugerir que o narcisismo da primeira infância é substituído no adulto pela devoção a um ideal do ego erigido dentro de si próprio. Apresentou então a noção de que pode haver 'uma instância psíquica especial' cuja tarefa é vigiar o ego real e medi-lo pelo ego ideal ou ideal do ego - ele parecia utilizar indiscriminadamente os termos (Ed. *Standard* Bras. Vol. XIV, pág. 112). Atribuiu um certo número de funções a essa instância, inclusive a consciência normal, a censura do sonho e certos delírios paranóicos. No artigo sobre 'Luto e Melancolia' (1917*e* [1915]), tornou essa instância responsável também por estados patológicos de luto (*ibid.*, XIV, pág. 280) e insistiu mais definidamente que ela era algo à parte do restante do ego, o que foi tornado ainda mais claro em *Psicologia de Grupo* (1921*c*). Deve-se notar, contudo, que aqui a distinção entre o próprio 'ideal do ego' e a instância interessada na sua realização foi abandonada: a 'instância' foi especificamente chamada de 'ideal

do ego' (*Standard, Ed.*, 18, 109-10). É como equivalente ao 'ideal do ego' que 'das *Uber-Ich*' faz o seu primeiro aparecimento ([1]), embora o seu aspecto como instância compelidora ou proibidora mais tarde predomine. Na verdade, após *O Ego e o Id* e os dois ou três trabalhos mais curtos que imediatamente o seguiram, o 'ideal do ego' desaparece quase completamente como termo técnico. Ele faz um breve reaparecimento num par de frases das *Novas Conferências Introdutórias* (1933a), Conferência XXXI, mas aqui encontramos um retorno à distinção original, pois 'uma importantefunção' atribuída ao superego é agir como 'o veículo do ideal do ego pelo qual o ego se mede' - quase os termos exatos em que o ideal do ego foi pela primeira vez introduzido no artigo sobre narcisismo (*Ed. Standard Bras.*, Vol. XIV, pág. 110).

Mas essa distinção pode parecer artificial quando nos voltamos para a descrição, feita por Freud, da gênese do superego. Essa descrição (no Capítulo III) é indubitavelmente a parte do livro que se perde em importância para a tese principal da divisão tríplice da mente. O superego é aí mostrado como derivado de uma transformação das primitivas catexias objetais da criança em identificações: ele toma o lugar do complexo de Édipo. Este mecanismo (a substituição de uma catexia objetal por uma identificação e introjeção do objeto anterior) foi primeiramente aplicado por Freud (em seu estudo de Leonardo, 1910c) à explicação de determinado tipo de homossexualidade, no qual um menino substitui seu amor pela mãe identificando-se com ela (*Ed. Standard Bras.*, Vol. XI, pág. 93). Aplicou a seguir a mesma noção a estudos de depressão em 'Luto e Melancolia' (1917e), *ibid.*, Vol. XIV, pág. 281. Exames ulteriores e mais elaborados desses diversos tipos de identificações e introjeções foram desenvolvidos nos Capítulos VII, VIII e XI de *Psicologia de Grupo* (1921c), mas foi somente no presente trabalho que Freud chegou às suas opiniões finais sobre a derivação do superego das primitivas relações objetais da criança.

Havendo estabelecido sua nova descrição da anatomia da mente, Freud achava-se em posição de examinar as suas implicações, e já o faz nas últimas páginas do livro: a relação entre as divisões da mente e as duas classes de instintos, e as inter-relações entre as próprias divisões da mente, com referência especial ao sentimento de culpa. Muitas dessas questões, porém, e especificamente a última, deveriam constituir o assunto de outros trabalhos que se seguiram, em rápida sucessão. Veja-se, por exemplo, 'O Problema Econômico do Masoquismo' (1924c), 'A Dissolução do Complexo de Édipo' (1924d), os dois artigos sobre neurose e psicose (1924b e 1924e) e o artigo sobre a distinção anatômica entre os sexos (1925j), todos no volume XIX, bem como o ainda mais importante *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926d), publicado apenas pouco mais tarde. Finalmente, um outro extenso estudo sobre o superego, juntamente com um interessante exame do uso correto dos termos 'superego', 'consciência', 'sentimento de culpa', 'necessidade de punição' e 'remorso', serão encontrados nos Capítulos VII e VIII de *O Mal-Estar na Civilização* (1930a) Extratos da primeira tradução (1927) deste trabalho foram incluídos na *General Selection from the Works of Sigmund Freud*, da autoria de Rickman (1937, 245-74).

O EGO E O ID [PREFÁCIO]

Os presentes estudos constituem novo desenvolvimento de algumas seqüências de pensamento que expus em *Além do Princípio de Prazer* (1920g), e para com as quais, como então observei, minha atitude era de um tipo de benevolente curiosidade. Nas páginas que se seguem, esses pensamentos são vinculados a diversos fatos da observação analítica e faz-se uma tentativa de chegar a novas conclusões, a partir dessa conjunção. No presente trabalho, contudo, não existem novos empréstimos tomados à biologia, e, devido a isso, ele se encontra mais próximo da psicanálise do que *Além do Princípio de Prazer*. Tem mais a natureza de uma síntese do que de uma especulação, e parece ter tido em vista um objetivo ambicioso. Estou consciente, porém, de que não vai além do mais grosseiro esboço e acho-me perfeitamente contente com essa limitação.

Nestas páginas são abordadas coisas que ainda não constituíram assunto da consideração psicanalítica e não foi possível evitar invadir algumas teorias que foram apresentadas por não analistas ou por ex-analistas, em sua retirada da análise. Por outro lado, sempre estive pronto a reconhecer o que devo a outros pesquisadores; neste caso, porém, não me sinto onerado por tal débito de gratidão. Se a psicanálise até aqui não demonstrou sua apreciação de certas coisas, isto nunca se deveu a que ela desprezasse sua consecução ou procurasse negar sua importância, mas porque seguia um caminho específico, que ainda não conduziu até tão longe. E, finalmente, quando as alcança, as coisas têm para ela uma aparência diferente da que têm para outros.

I - A CONSCIÊNCIA E O QUE É INCONSCIENTE

Neste capítulo introdutório nada existe de novo a ser dito e não será possível evitar repetir o que amiúde foi mencionado antes.

A divisão do psíquico em o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, e somente ela torna possível a esta compreender os processos patológicos da vida mental, que são tão comuns quanto importantes, e encontrar lugar para eles na estrutura da ciência. Para dizê-lo mais uma vez, de modo diferente: a psicanálise não pode situar a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psíquico, que pode achar-se presente em acréscimo a outras qualidades, ou estar ausente.

Se eu pudesse supor que toda pessoa interessada em psicologia leria este livro, deveria estar também preparado para descobrir que, neste ponto, alguns de meus leitores se deteriam abruptamente e não iriam adiante, pois aqui temos a primeira palavra de teste da psicanálise. Para muitas pessoas que foram educadas na filosofia, a idéia de algo psíquico que não seja também consciente é tão inconcebível que lhes parece absurda e refutável simplesmente pela lógica. Acredito que isso se deve apenas a nunca terem estudado os fenômenos pertinentes da hipnose e dos sonhos, os quais - inteiramente à parte das manifestações patológicas - tornam necessária esta visão. A sua psicologia da consciência é incapaz de solucionar os problemas dos sonhos e da

hipnose.

'Estar consciente' é, em primeiro lugar, um termo puramente descritivo, que repousa na percepção do caráter mais imediato e certo. A experiência demonstra que um elemento psíquico (uma idéia, por exemplo) não é, via de regra, consciente por um período de tempo prolongado. Pelo contrário, um estado de consciência é, caracteristicamente, muito transitório; uma idéia que é consciente agora não o é mais um momento depois, embora assim possa tornar-se novamente, em certas condições que são facilmente ocasionadas. No intervalo, a idéia foi... Não sabemos o quê. Podemos dizer que esteve *latente*, e, por isso, queremos dizer que era *capaz de tornar-se consciente* a qualquer momento. Ora, se dissermos que era *inconsciente*, estaremos também dando uma descrição correta dela. Aqui 'inconsciente' coincide com 'latente e capaz de tornar-se consciente'. Os filósofos sem dúvida objetariam: - Não, o termo 'inconsciente' não é aplicável aqui; enquanto a idéia esteve em estado de latência, ela não foi algo psíquico de modo algum. - Contradizê-los neste ponto não conduziria a nada mais proveitoso que uma disputa verbal.

Mas nós chegamos ao termo ou conceito de inconsciente ao longo de outro caminho, pela consideração de certas experiências em que a *dinâmica* mental desempenha um papel. Descobrimos - isto é, fomos obrigados a presumir - que existem idéias ou processos mentais muito poderosos (e aqui um fator quantitativo ou *econômico* entra em questão pela primeira vez) que podem produzir na vida mental todos os efeitos que as idéias comuns produzem (inclusive certos efeitos que podem, por sua vez, tornar-se conscientes como idéias), embora eles próprios não se tornem conscientes. É desnecessário repetir em pormenor aqui o que foi explicado com tanta freqüência antes. Basta dizer que, neste ponto, a teoria psicanalítica intervém e assevera que a razão pela qual tais idéias não podem tornar-se conscientes é que uma certa força se lhes opõe; que, de outra maneira, se tornariam conscientes, e que seria então aparente quão pouco elas diferem de outros elementos que são admitidamente psíquicos. O fato de se ter encontrado, na técnica da psicanálise, um meio pelo qual a força opositora pode ser removida e as idéias em questão tornadas conscientes, torna irrefutável essa teoria. O estado em que as idéias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de repressão, e asseveramos que a força que instituiu a repressão e a mantém é percebida como *resistência* durante o trabalho de análise.

Obtemos assim o nosso conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão. O reprimido é, para nós, o protótipo do inconsciente. Percebemos, contudo, que temos dois tipos de inconsciente: um que é latente, mas capaz de tornar-se consciente, e outro que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais trabalho, capaz de tornar-se consciente. Esta compreensão interna (*insight*) da dinâmica psíquica não pode deixar de afetar a terminologia e a descrição. Ao latente, que é inconsciente apenas descritivamente, não no sentido dinâmico, chamamos de *pré-consciente*; restringimos o termo *inconsciente* ao reprimido dinamicamente inconsciente, de maneira que temos agora três termos, consciente (*Cs.*), pré-consciente (*Pcs.*) e inconsciente (*Ics.*), cujo sentido não é mais puramente descritivo. O *Pcs.* acha-se provavelmente muito mais próximo do *Cs.* que o *Ics.*, e desde que chamamos o *Ics.* de psíquico, chamaremos, ainda com menos

hesitação, o *Pcs.* latente de psíquico. Mas por que, ao invés disto, não concordamos com os filósofos e, de maneira coerente, distinguimos o *Pcs.*, assim como o *Ics.*, do psíquico consciente? Os filósofos propõem então que o *Pcs.* e o *Ics.* fossem descritos como duas espécies ou estágios do 'psicóide' e a harmonia se estabeleceria. Porém, dificuldades infundáveis de exposição se seguiriam, e o fato importante de que estes dois tipos de 'psicóide' coincidem em quase todos os outros aspectos com o que é admitidamente psíquico seria forçado para o segundo plano, nos interesses de um preconceito que data de um período em que esses psicóides, ou a parte mais importante deles, eram ainda desconhecidos.

Podemos agora trabalhar comodamente com nossos três termos, *Cs.*, *Pcs.*, e *Ics.*, enquanto não esquecermos que, no sentido descritivo, há dois tipos de inconsciente, mas, no sentido dinâmico, apenas um. Para fins de exposição, esta distinção pode ser ignorada em alguns casos; noutros, porém ela é, naturalmente, indispensável. Ao mesmo tempo, acostumamo-nos mais ou menos com essa ambigüidade do inconsciente e nos demos muito bem com ela. Até onde posso ver, é impossível evitar esta ambigüidade; a distinção entre consciente e inconsciente é, em última análise, uma questão de percepção, à qual deve ser respondido 'sim' ou 'não', e o próprio ato da percepção nada nos diz da razão por que uma coisa é ou não percebida. Ninguém tem o direito de queixar-se porque o fenômeno concreto expressa ambigüamente o fator dinâmico. No curso ulterior do trabalho psicanalítico, entretanto, mesmo essas distinções mostraram ser inadequadas e, para fins práticos, insuficientes. Isso tornou-se claro de várias maneiras, mas o exemplo decisivo é o seguinte. Formamos a idéia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu *ego*. É a esse *ego* que a consciência se acha ligada: o *ego* controla as abordagens à motilidade - isto é, à descarga de excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse *ego* procedem também as repressões, por meio das quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. Na análise, essas tendências que foram deixadas de fora colocam-se em oposição ao *ego*, e a análise defronta-se com a tarefa de remover as resistências que o *ego* apresenta contra o preocupar-se com o reprimido. Ora, descobrimos durante a análise que, quando apresentamos certas tarefas ao paciente, ele entra em dificuldades; as suas associações falham quando deveriam estar-se aproximando do reprimido. Dizemos-lhe então que está dominado por uma resistência, mas ele se acha inteiramente inadvertido do fato e, mesmo que adivinhe, por seus sentimentos desprazerosos, que uma resistência encontra-se então em ação nele, não sabe o que é ou como descrevê-la. Entretanto, visto não poder haver dúvida de que essa resistência emana do seu *ego* e a este pertence, encontramos-nos numa situação imprevista. Deparamo-nos com algo no próprio *ego* que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido - isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tornado consciente. Do ponto de vista da prática analítica, a conseqüência

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

